

**invisibilidade da educação ambiental:
mudanças climáticas e educação nos planos do estado de Goiás**

**invisibility of environmental climate education:
climate change and education in the plans of the state of Goiás**

Letícia Arantes Jury

Jornalista

Universidade Federal de Goiás

Goiânia, GO

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8749-4829>

Josana de Castro Peixoto

Doutora em Biologia

Universidade Evangélica de Goiás

Anápolis, GO

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3496-1315>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17400650>

Resumo: O presente artigo busca analisar a invisibilidade da educação ambiental climática e das mudanças climáticas nos discursos presentes nos planos de governo dos governadores do estado de Goiás entre 1983 e 2023. Parte-se do pressuposto de que os discursos políticos, conforme van Dijk (2015), desempenham papel central na legitimação e ocultação de relações de poder. A pesquisa, de caráter documental, utilizou como fonte primária a *Coletânea do Planejamento em Goiás*, do *Instituto Mauro Borges* (IMB), complementada por dados do Tribunal Superior Eleitoral. A análise crítica do discurso, fundamentada em van Dijk (2015) e Fairclough, Mulderrig & Wodak (2005), nos levou a compreender que as propostas ambientais são setorizadas e negligenciam a complexidade e a urgência das mudanças climáticas. A pesquisa evidencia a importância de integrar abordagens transdisciplinares e críticas para compreender como o discurso político molda e limita as respostas institucionais à crise climática.

Palavras-chave: (1) Educação ambiental climática; (2) Discurso político; (3) Análise crítica do discurso; (4) Planos de governo; (5) Invisibilidade climática.

Abstract: This article seeks to analyze the invisibility of environmental education and climate change in the discourses present in the government plans of the governors of the state of Goiás between 1983 and 2023. It is assumed that political discourses, according to van Dijk (2015), play a central role in legitimizing and concealing power relations. The research, of a documentary nature, used as its primary source the *Coletânea do Planejamento em Goiás*, from *Mauro Borges Institute* (IMB),

supplemented by data from the Superior Electoral Court. The critical analysis of the discourse, based on van Dijk (2015) and Fairclough, Mulderrig & Wodak (2005), led us to understand that environmental proposals are sectorized and neglect the complexity and urgency of climate change. The research highlights the importance of integrating transdisciplinary and critical approaches to understand how political discourse shapes and limits institutional responses to the climate crisis

Keywords: (1) Climate environmental education; (2) Political discourse; (3) Critical discourse analysis; (4) Government plans; (5) Climate invisibility.

Introdução

Este artigo tem como objetivo evidenciar a invisibilidade da educação ambiental climática, bem como das mudanças climáticas, nos discursos presentes nos planos de governo dos governadores do estado de Goiás, no período de 1983 a 2023. Partimos do pressuposto de que os discursos políticos podem favorecer, manifestar, expressar, descrever, sinalizar, ocultar ou legitimar relações de poder, conforme argumenta van Dijk (2015). Como metodologia, adotamos a pesquisa documental, com a análise das propostas ambientais contidas nos planos de governo. Para tanto, utilizamos como fonte a Coletânea do Planejamento em Goiás, disponível no banco de dados do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB).

Compilamos o plano de governo de Iris Resende, de 1983, e seguimos até o de Marconi Perillo, de 2015. Os do governador Ronaldo Caiado, em seus dois mandatos, não estão disponíveis no IMB, por isso acessamos os documentos no portal do Tribunal Superior Eleitoral. Para facilitar a compreensão e análise, organizamos as informações em um quadro, que está dividido em colunas, contendo dados como Ano, Governador, Tema e definimos quatro Propostas Principais.

Para complementar a pesquisa documental, realizamos uma Análise Crítica do Discurso embasada em Djik (2015) e Fairclough, Mulderig e Wodak (2005). Nossa objetivo foi investigar o discurso ambiental de cada governador, conforme materializado em seus respectivos planos de governo, e como esse discurso buscou estabelecer pautas ambientais setorizadas, que não contemplavam a realidade das mudanças climáticas. Isso corrobora a observação de Djik (2015) de que controlar o discurso político é uma das principais formas de poder, sendo o controle das mentes das pessoas fundamental para a reprodução, dominação, representação e hegemonia desse discurso.

O estudo se faz necessário, na medida em que compreendemos que os discursos públicos influentes refletem modelos mentais e representações sociais compartilhadas, além de persuasão e formação de opinião pública de acordo com seus próprios interesses. É por isso que Fairclough (2005) *et al.* enfatizam sua preocupação com os processos contemporâneos de transformação social, que são identificados de várias maneiras. Segundo ele, metodologicamente, implica trabalhar de forma transdisciplinar através do diálogo com outras disciplinas e teorias que abordam processos de mudança social.

Os autores nos incentivam a investigar até que ponto as questões ambientais são incorporadas nos planos de governo analisados e como são refletidas no discurso, e consequentemente invisibilizam a questão climáticas no estado de Goiás, ao longo dos períodos históricos em questão. Isso se deve ao fato de que o discurso é uma forma de estruturação social, uma ordenação particular das relações entre diferentes formas de produzir

significado em que algumas dessas formas de produção de significado se tornam dominantes.

Fundamentação teórica

Bobbio (1998) contextualiza que o termo Política, originado do adjetivo grego *politikós*, refere-se ao que é urbano, civil e social. O autor expande o significado da obra de Aristóteles, que introduziu o termo como um tratado fundamental sobre a natureza e funções do Estado, bem como das diversas formas de governo. Bobbio (1998) pontua que, o significado original foi gradualmente substituído por termos como ciência do Estado, doutrina do Estado e filosofia política, sendo que a palavra é comumente utilizada para se referir a um conjunto de atividades que têm a *pólis*, ou seja, o Estado, como seu foco central.

Dessa forma, conforme menciona, o conceito de Política, como atividade humana, está intimamente relacionado ao de poder, que tradicionalmente é definido como os meios adequados para alcançar vantagens. Bobbio (1998) cita que filósofos como Hobbes e Russell descreveram o poder como a capacidade de impor a própria vontade sobre os outros. Entretanto, em sua análise, essa relação de domínio não é um fim em si mesma, mas um meio para se alcançar efeitos desejados, o que implica que a definição de poder deve incluir a posse de meios que possibilitam obter vantagens, tanto no domínio sobre os outros quanto sobre a natureza.

Diante desse contexto, depreende-se que o poder político se insere na categoria de domínio entre homens, destacando-se como uma relação entre governantes e governados, soberanos e súditos, ou Estado e cidadãos, e que há várias formas de poder do homem sobre o homem; o poder político é apenas uma delas. Bobbio (1998) complementa que os objetivos da ação política variam conforme as circunstâncias e as prioridades de um grupo social ou da classe dominante, não existindo fins permanentes ou universais. Assim, a Política não possui um único fim verdadeiro, mas sim múltiplos objetivos que mudam de acordo com as necessidades e condições do momento, destacando que o caráter político é mais bem definido pelo meio de ação.

Ao relacionar política e ecologia, Bobbio (1998) diz que o sucesso evolutivo das espécies, incluindo a humana, depende da capacidade de adaptação ao ambiente. Essa adaptação se manifesta em diversos aspectos, como anatômico, fisiológico e comportamental. Nesse sentido, a Política, como parte dos comportamentos socialmente organizados da espécie humana, está intrinsecamente relacionada à Ecologia, especialmente em sociedades antigas, como os impérios fluviais da Mesopotâmia e do Egito, onde a sobrevivência e o poder político estavam diretamente ligados à capacidade de responder coletivamente às variações ambientais, como as inundações dos rios.

Para Arendt (2002), a política se baseia na pluralidade dos homens, enquanto a filosofia e a teologia focam no homem singular, com uma abordagem atemporal e universal, sem considerar a multiplicidade e a diversidade humana. Assim, não conseguem responder adequadamente à pergunta ‘o que é política?’. A ciência também trata o homem de maneira geral, como um objeto de estudo, assim como a zoologia trata os leões, acredita a autora.

A autora pontua que a política lida com a convivência entre diferentes, e os homens se organizam politicamente para encontrar soluções em comum dentro de um caos de diferenças. Sendo assim, em suas observações percebeu que na política, o homem se realiza por meio da garantia de direitos iguais, assegurados mutuamente por indivíduos diferentes. Essa concessão voluntária de direitos iguais reflete a pluralidade inerente à humanidade, que, por sua vez, deve sua existência à criação do homem.

Arendt (2002) sugere que a política poderia ter a tarefa de criar um mundo tão transparente quanto a criação de Deus, o que refletiria a capacidade humana de organizar as pessoas à imagem divina. No entanto, a criação do homem está marcada pela pluralidade absoluta, que vai além das diferenças entre povos, nações ou raças. A política, dessa forma, não lida diretamente com essa pluralidade; ao contrário, ela organiza as diversidades absolutas em torno de uma igualdade que é relativa.

Segundo Arendt (2002), o sentido da política é a liberdade, mas as experiências modernas com regimes totalitários levantam a dúvida se ela ainda é compatível com a liberdade. Em sua análise, a política moderna, com seu monopólio sobre as armas de destruição, ameaça a sobrevivência da humanidade, o que leva dúvidas sobre sua compatibilidade com a preservação da vida e resulta na falta de sentido na política atual.

A pergunta sobre o sentido da política, de acordo com a autora é antiga, e as respostas filosóficas ao longo do tempo a justificam como um meio para alcançar um fim maior e refletem a simplicidade dos fundamentos da política, e nos faz compreender que ela é necessária para organizar a convivência humana e garantir a vida em sociedade.

E quando a política se relaciona ao meio ambiente? O portal *Federal Ministry for the Environment, Nature Conservation, Nuclear Safety and Consumer Protection* (2024), da Alemanha, publicou o artigo “*What is international environmental policy about?*”, no qual destaca a importância da política ambiental internacional em um contexto de globalização. Entre os temas discutidos globalmente estão a proteção do clima, a promoção de uma política energética sustentável, a preservação da biodiversidade e a conservação de florestas, oceanos e solos.

Ao citar o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, criado em 1972, o artigo ressalta a importância de acordos internacionais, como o ‘Protocolo de Montreal’ sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio, assim como ‘A Cúpula da Terra’, realizada no Rio de Janeiro em 1992,

que consolidaram o foco das relações internacionais nos problemas ambientais globais.

Desde então, várias convenções importantes foram firmadas, dentre elas a ‘Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima’, a ‘Convenção sobre Diversidade Biológica’, o ‘Protocolo de Kyoto’, a ‘Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção’ (CITES), a ‘Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos’ e a ‘Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes’.

O documento ressalta a atuação do G8, composto por Alemanha, Japão, Grã-Bretanha, EUA, França, Itália, Canadá e Rússia, e que tem o meio ambiente como parte de sua agenda. O grupo aborda temas como proteção do clima, biodiversidade, florestas, oceanos e combate à criminalidade ambiental. Em 2007, sob presidência alemã, foi lançada uma meta global para reduzir as emissões de gases de efeito estufa pela metade até 2050, e em 2009 o G8 reconheceu a necessidade de limitar o aquecimento global a 2°C. Com a crise econômica global, o G20, que inclui países como China, Índia, Brasil e outros, ganhou importância na governança global.

O artigo destaca que o ‘Protocolo de Quioto’ é o instrumento mais importante da política climática internacional até hoje, sendo o primeiro compromisso internacional juridicamente vinculativo dos países industrializados de reduzir suas emissões em pelo menos 5% até 2012, em comparação com 1990. Essa questão é ainda mais crítica diante da perda da diversidade biológica, que diminui drasticamente ao longo dos anos.

Outro instrumento relevante da política internacional foi o documento ‘Problemas do Meio Ambiente Humano: relatório do secretário-geral’, publicado em 1969. Esse relatório alertava que os problemas locais teriam alcance global e que, para resolvê-los, seria necessário um esforço conjunto das nações do mundo, ao enfatizar que, embora os recursos sejam vastos, são limitados.

A degradação do meio ambiente, segundo o documento, estava relacionada a três causas fundamentais: o crescimento acelerado da população, o aumento da urbanização e uma nova tecnologia eficiente e em expansão, todos associados ao aumento das necessidades de espaço, alimentos e recursos naturais. Como consequência, todas as nações enfrentam perigos que, em algumas áreas, já atingiram proporções críticas.

Além disso, o relatório mencionava que, nos países mais industrializados, realizava-se uma grande quantidade de trabalho de pesquisa em uma ampla gama de assuntos relacionados ao meio ambiente. Em alguns lugares, o crescente conhecimento dos problemas ambientais teria dado impulso a essas pesquisas, como ‘Ano Geofísico Internacional’, o ‘Programa Biológico Internacional’, a ‘Década Hidrológica Internacional’ e a criação da ‘Comissão Oceanográfica Intergovernamental’.

Discurso político, invisibilidade e poder

Dijk (2015) nos desafia a analisar o discurso político além do estudo das palavras. Segundo o autor, os diálogos institucionais são acompanhados de vários tipos de textos que materializam o poder comunicativo. Em sua avaliação, trata-se de um poder programado ou planejado, explicitamente escrito e bem mais controlado.

Ao buscar analisar o discurso político como uma análise social, conforme orienta Dijk (2015), nos deparamos com estruturas de organização, controle e poder, que, na maioria das vezes, são complexas e nos abrem perspectivas para as práticas sociais institucionalizadas. Podemos pensar, por exemplo, no poder simbólico e no controle da opinião pública.

O estudo se faz necessário pois, sabemos que o discurso político não precisa recorrer à coerção para ser legitimado; basta persuadir, seduzir, doutrinar ou manipular pessoas, nas quais as relações de poder social se manifestam na interação, o que impacta o controle das informações ou opiniões. O poder político passa a ser exercido diretamente e expresso em diferentes gêneros do discurso. “Esse controle pode ser analisado de modo mais sistemático nas formas de reprodução do discurso, especificamente em termos de sua produção material, articulação, distribuição e influência” (DIJK 2015: 44).

Podemos, assim, compreender que o discurso político pode determinar a agenda de discussão pública, influenciar a relevância dos tópicos, controlar a quantidade e o tipo de informação, especialmente no que diz respeito ao que deve ganhar destaque publicamente e de que forma. O contrário também é verdadeiro, ou seja, o que não deve ser dito. No caso específico da nossa pesquisa é a questão climática do estado de Goiás. Como observa Dijk (2015), o poder simbólico é uma forma de poder ideológico já que as elites simbólicas não são independentes dos outros grupos de poder, como o econômico, por exemplo.

Para subsidiar a análise crítica proposta neste estudo, realizamos a compilação e sistematização dos planos de governo dos governadores do Estado de Goiás no período de 1983 a 2023. A partir desse levantamento, elaboramos o quadro analítico abaixo, com o objetivo de organizar as informações de forma comparativa e facilitar a identificação de recorrências, ausências e tendências nos discursos ambientais.

Quadro 1 - Síntese dos Planos de Governo 1983-2023

Ano	Governador	Tema	Principais Propostas
1983-1986	Iris Resende Machado	Saneamento e Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none">- Saneamento Básico;- Controle da Poluição;- Uso responsável dos recursos;- Proteção das áreas verdes

			municipais.
1987-1990	Henrique Santillo	Uma política para o meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Política Estadual de Meio Ambiente; - Meio Ambiente é patrimônio de uso coletivo; - Controle de Poluição; - Proteção dos recursos ambientais.
1991-1994	Iris Resende Machado	Saúde e Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Macrozoneamento ambiental e agroeconômico; - Diagnosticar a situação ambiental do Estado; - Desenvolvimento socioeconômico compatível com a preservação ambiental; - Implantação de parques estaduais.
1995-1998	Maguito Vilela	Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> -Evitar e mitigar impactos ambientais; -Continuidade da implantação dos Parques Ambientais; - Integração da política ambiental estadual com a nacional; - Fomento ao ecoturismo.
1999-2002	Marconi Perillo	Goiás com desenvolvimento harmônico e equilibrado	<ul style="list-style-type: none"> - Modelo de desenvolvimento sustentável; - Recuperação ambiental das regiões degradadas; -Crescimento econômico sustentado no futuro;
2003-2006	Marconi Perillo	Desafio de continuar um desenvolvimento harmônico e equilibrado e respeito ao meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar o uso racional dos recursos hídricos; - Controle da poluição e degradação ambiental; -Gestão de Resíduos sólidos; - Monitoramento ambiental;
2007-2010	Alcides Rodrigues	Qualidade Ambiental e Responsabilidade Social	<ul style="list-style-type: none"> - Revitalização das bacias; - Recuperar áreas de preservação permanente; - Recuperação de áreas degradadas; - Rede de monitoramento da qualidade do ar;
2011-2014	Marconi Perillo	Meio Ambiente: programas e projetos	<ul style="list-style-type: none"> - Combate a crimes ambientais; - Investimentos e ampliação nas unidades de conservação; - Propostas melhorias nas leis estaduais; - Criação do Fórum Estadual de Mudança Climática.

2015-2018	Marconi Perillo	Meio Ambiente e Mudança Climática	<ul style="list-style-type: none"> - Expandir investimentos na preservação; - Ampliar as unidades de conservação; - Fortalecer a fiscalização e combate aos crimes ambientais; - Apoiar projetos de uso eficiente dos recursos naturais;
2019-2022	Ronaldo Caiado	Sustentabilidade e Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Criação do sistema SIGA, para mapear o desmatamento; - Gestão de unidades de conservação; - Modernização do Licenciamento Ambiental; - Gestão dos recursos hídricos;
2023-2026	Ronaldo Caiado	Sustentabilidade e Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - Modernizar o licenciamento ambiental; - Preservação da cobertura vegetal; - Combater as queimadas; - Estimular o uso de tecnologias limpas e construções sustentáveis.

Fonte: Instituto Mauro Borges (2023). Adaptador por Jury, 2023.

Análise e discussões

Em nossa análise dos planos de governo, constatamos a ausência de menções explícitas à educação ambiental climática e das mudanças climáticas. Os documentos abordam as medidas de enfrentamento à degradação ambiental de forma genérica, mencionam o combate à poluição e à destruição em curso, que exigiam uma resposta imediata. Não identificamos um discurso político claro focado nas mudanças climáticas, especialmente nas décadas de 1980 e 1990. A natureza não é tratada como protagonista, mas sim o desenvolvimento econômico.

Chama a atenção o fato de que, dois anos antes da gestão de Iris Resende, em 1983, foi instituída a Política Nacional do Meio Ambiente, por meio da Lei 6.938 de 1981. Esse documento deveria ter servido como base para os planos de governo estaduais e municipais à época, por ser considerado um marco nacional. Em seu Artigo 2º, está estabelecida a busca pela preservação, assim como a conscientização sobre a necessária melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

A política nacional tinha como objetivo assegurar as condições para o desenvolvimento socioeconômico e estabelecer que a ação governamental deveria ser direcionada à manutenção do equilíbrio ecológico e o meio ambiente como um patrimônio público a ser assegurado e protegido para uso coletivo. Para alcançar esse objetivo, a lei preconizava a racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar, além do planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais.

A proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas, foi outra diretriz importante, assim como o controle e o zoneamento de atividades potencialmente ou efetivamente poluidoras. A lei também incentivava o estudo e a pesquisa de tecnologias com foco no uso racional, à proteção dos recursos ambientais e o acompanhamento do estado da qualidade ambiental.

A recuperação de áreas degradadas e a proteção de áreas ameaçadas de degradação deveriam ser igualmente prioridades, conforme a Política Nacional de Meio Ambiente, pois buscava compatibilizar o desenvolvimento econômico com a preservação da qualidade do meio ambiente e o equilíbrio ecológico. Para isso, foram definidas áreas prioritárias de ação governamental, estabelecidos critérios e padrões de qualidade ambiental, além de normas, relativas ao uso e manejo de recursos naturais.

O discurso do plano de governo do governador Iris Resende, em 1983, procurava apresentar ao cidadão que, em sintonia com a Política Nacional do Meio Ambiente, tratava o meio ambiente como uma de suas demandas essenciais. No entanto, atrelava as questões ambientais à saúde pública, não conferindo ao Meio Ambiente o papel de protagonista, o que se repetiu em seu segundo governo. O discurso buscava ressaltar a preocupação com o controle da poluição e com o uso racional dos recursos.

Observamos que o discurso de Henrique Santillo já estava mais alinhado à Política Nacional de Meio Ambiente e buscava sistematizar processos por meio da definição de uma política estadual de meio ambiente e elaborar o arcabouço jurídico do Estado. Observa-se também um discurso com foco na participação do cidadão, com a proposta de criação dos conselhos estaduais e municipais, além de ações de capacitação dos servidores.

Maguito Vilela, em 1995, assim como Henrique Santillo, apresentou um discurso que o posicionava como um gestor que buscava a melhoria da qualidade de vida dos goianos, mediante a recuperação ambiental, a mitigação dos impactos e a conservação dos sistemas remanescentes, por meio de planos, levantamento de dados e planejamento.

É importante compreender, como nos orienta a Análise Crítica do Discurso, os discursos dos três governadores em relação à Constituição de 1988. Em seu Artigo 225, ela assegura a todos o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerado um bem de uso comum e essencial para uma vida saudável. Este direito impõe tanto ao Poder Público quanto à coletividade a responsabilidade de proteger e preservar o meio ambiente, garantindo sua sustentabilidade para as gerações presentes e futuras.

Para tornar esse direito efetivo, a Constituição de 1988 atribui ao Poder Público várias responsabilidades. Estas incluem a preservação dos processos ecológicos essenciais, a proteção da diversidade genética do país e a definição de espaços territoriais especialmente protegidos, cuja

alteração só pode ocorrer por meio de lei. Além disso, é exigido um estudo prévio de impacto ambiental para obras ou atividades que possam causar degradação significativa, e há um controle rigoroso sobre técnicas, métodos e substâncias que representem riscos para a vida e o meio ambiente.

Por fim, a Constituição enfatiza a importância da educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação ambiental. Também estabelece a proteção da fauna e flora, proibindo práticas que coloquem em risco a função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Os discursos políticos também deveriam ter se relacionado a um importante documento que foi a Agenda 21 (1992, p.92), que em sua base para a ação estava explícito, que a preocupação com as mudanças do clima e a variabilidade climática, a poluição do ar e a destruição do ozônio criou novas demandas de informação científica, econômica e social, para reduzir as incertezas remanescentes nessas áreas.

O texto alertava para a necessidade de melhorar a compreensão e a capacidade de previsão das diversas propriedades da atmosfera e dos ecossistemas afetados, bem como de suas consequências para a saúde e suas interações com os fatores socioeconômicos. Ao falar sobre a luta contra a desertificação, a Agenda 21 pontuou que a degradação do solo em áreas áridas, semiáridas e subúmidas secas, eram resultado de diversos fatores, inclusive de variações climáticas e de atividades humanas.

O discurso apresentado pelo governador Marconi Perillo, em sua primeira gestão, no ano de 1999, trouxe a ideia de um modelo econômico de desenvolvimento sustentável, com a ocupação dos espaços de forma harmoniosa. Em seu segundo mandato, o discurso buscava demonstrar um foco ainda mais ambiental de preservação, valorização da biodiversidade, aumento da fiscalização e recuperação de áreas degradadas.

Em 2007, o discurso de Alcides Rodrigues era de revitalização das bacias hidrográficas, aliado a importância do levantamento estatístico acerca da biodiversidade, a implantação de sistemas de informação, o incentivo às pesquisas, o monitoramento da qualidade do ar e o incentivo à agricultura familiar como forma de geração de renda e preservação do meio ambiente.

Ao retornar em 2011, Marconi Perillo apresentou um discurso pautado na punição e no combate aos crimes ambientais, mencionou as questões climáticas e a importância de atualizar as leis ambientais. No mandato seguinte, em 2015, o discurso enfatizou a necessidade de alocar mais recursos na preservação e regeneração da biodiversidade e dos ecossistemas, além da ampliação das unidades de preservação.

Por fim, analisamos os dois mandatos do governador Ronaldo Caiado. Em seu primeiro governo, no ano de 2019, ele apresentou um discurso voltado para investimentos em tecnologia, criação de um sistema integrado para mapear processos, incluindo o desmatamento, e investimentos em educação

ambiental, monitoramento e fiscalização. Ao ser reeleito em 2023, o discurso focou ainda mais na modernização do estado, preservação da cobertura vegetal, incentivo ao uso de tecnologias limpas e a redução da poluição ambiental. O discurso foi de sustentabilidade ambiental, em desenvolvimento econômico com proteção ambiental. Como podemos observar, não há uma menção clara a políticas específicas para as questões climáticas.

Considerações finais

Planos genéricos, focados em regiões específicas, com pouco levantamento estatístico e ausência de estudos aprofundados acerca da educação ambiental climática, bem como das mudanças climáticas. As políticas públicas analisadas por meio dos planos de governo, no período de 1983 a 2023, em Goiás, buscavam apenas preservar os serviços específicos a um ecossistema, de forma a reduzir os impactos negativos da destruição ambiental.

A análise dos planos de governo na referida série histórica é fundamental e essencial, pois não podemos pensar em meio ambiente sem compreender a história, os acontecimentos, os episódios, os fatos ocorridos ao longo dos anos, e, principalmente, sem analisar o geral para se chegar nas especificidades. O estudo é relevante e nos permite entender que os esforços empreendidos nas últimas quatro décadas foram focados na mitigação de impactos e na resolução de problemas pontuais.

Embora os planos de governo de cada governador tenham proposto programas e projetos, na maioria das vezes sem continuidade na gestão posterior, não observamos a existência de um projeto continuado com foco nas discussões climáticas. Não foi possível visualizar nos planos de governo uma proposta de fortalecimento da política ambiental e da proposição de leis que realmente tivessem como foco a questão climática.

Nas últimas décadas, observa-se, por parte dos governadores, a tentativa de investir em monitoramento, sistemas e tecnologias voltados à geração de dados que possam subsidiar a implementação de políticas públicas mais eficazes. No entanto, a exemplo das gestões anteriores, o discurso político mantém como eixo central a valorização da economia, posicionando-a como protagonista nas questões ambientais. Tal perspectiva é ainda mais acentuada no Estado de Goiás, historicamente configurado como uma fronteira agrícola, onde a natureza continua sendo desprovida de direitos e tratada como uma fonte inesgotável de exploração.

Referências

BISPO, Polyanna Conceição; PICOLLI Michele; MARIMON, Beatriz Schantes & MARIMON-JÚNIOR, Bem Hur (2023). *Overlooking vegetation loss outside*

forests imperils the Brazilian Cerrado and other non-forest biomes.
Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/375416384 Overlooking vegetation loss outside forests imperils the Brazilian Cerrado and other non-forest biomes.](https://www.researchgate.net/publication/375416384_Overlooking_vegetation_loss_outside_forests_imperils_the_Brazilian_Cerrado_and_other_non-forest_biomes)

Acesso em: 27/03/2023.

BORN, Rubens Harry (1999). *Agenda 21 e a biodiversidade*. Brasília, MMA: 23.

CHAVES, Manoel Rodrigues & MACHADO, LMCP (2003). “Descentralização da política ambiental no Brasil e a gestão dos recursos naturais no cerrado goiano”. *Revista Sociedade e Natureza na Visão da Geografia*.

DIJK, Teun A. van (2015). Estruturas do discurso e estruturas do poder. In: *Discurso e Poder*. São Paulo, Contexto: 39-86.

FAIRCLOUGH, Norman; MULDERRIG, Jane & WODAK, Ruth (2024). *Análise Crítica do Discurso*. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/285197450 Critical discourse analysis.](https://www.researchgate.net/publication/285197450_Critical_discourse_analysis)

Acesso em: 26/08/2024.

IMB, Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2024). *Coletânea do Planejamento em Goiás*. Disponível em:

<https://goias.gov.br/imb/coletanea-do-planejamento-em-goias/>.

Acesso em: 12/08/2024.

ONU. *Agenda 21*. Disponível em [Agenda21.PDF](#). Acesso em: 20/08/2024.

STRASSBURG, Bernardo B. N et al. *Moment of truth for the Cerrado hotspot*.

Disponível em <https://www.nature.com/articles/s41559-017-0099>.

Acesso em: 27/03/2024.

TSE. *Plano de Governo. Para seguir em frente. Ronaldo Caiado*.

Disponível em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2022/BR/GO/546/candidatos/899396/5_1660191452803.pdf.

Acesso em: 14/08/2024.

Sobre as autoras

Letícia Arantes Jury é jornalista e mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pesquisadora no Núcleo de Pesquisa dos Saberes Tradicionais e Ambientais do Cerrado (UEG-GO).

Josana de Castro Peixoto é doutora em Biologia pela Universidade Estadual de Goiás. Pesquisadora do programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (PPGSTMA), Universidade Evangélica de Goiás – Unievangélica e do Programa de Pós-graduação de Territórios Expressões Culturais do Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG).